



COMUNICADO À IMPRENSA

“O LAR DO COMÉRCIO” – Abusos Laborais, Substituição de Trabalhadores Essenciais por Empresas de Outsourcing, Despedimento Coletivo.

Foram várias as notícias que surgiram em 2020, que davam nota da resposta insuficiente da Instituição “O Lar do Comércio” aos vários casos de infeção por Covid-19, que radicava na ausência de meios humanos, mas que envolvia também a alegada omissão de cuidados no tratamento adequado às centenas de utentes. Vieram também a público notícias que indicavam que alguns membros da anterior direção estariam a ser alvo de investigação criminal.

O Lar do Comércio tem uma nova direção, eleita em janeiro de 2021.

O lema com que a atual direção se candidatou: *“Está na hora... de adotar outro modelo, de prestar contas, de modernizar, de respeitar, de ouvir e ser ouvido, de colocar a Instituição no lugar a que tem direito, de humanizar.”*, mereceu então o apoio da maioria dos trabalhadores e trabalhadoras, nomeadamente dos que são sócios da Instituição e que, nessa qualidade, nela votaram. No entanto rapidamente os trabalhadores viram as suas expectativas defraudadas pelas atitudes que a direção começou a tomar, que basicamente tentam injustamente culpabilizar os trabalhadores por tudo o que de mal aconteceu na Instituição.

Os mesmos trabalhadores que estiveram na linha da frente da luta contra o COVID-19, pela proteção dos utentes e da instituição, em circunstâncias difíceis e de ameaça à sua saúde, agindo sempre com grande humanismo, dedicação, solidariedade e responsabilidade que os obrigaram a abandonar as suas famílias por prolongados períodos de tempo e a, inclusivamente, pôr em risco as suas próprias vidas, além de não verem reconhecidos os seus esforços a nenhum nível, são os mesmos que a atual direção agora diz que não servem, nas palavras do

gestor contratado, aquando da reunião com a Direção do Sindicato dos Trabalhadores da Saúde, Solidariedade e Segurança Social realizada a 25 de maio, mais acrescentando, o referido gestor que a instituição tem 800 mil euros para pagar todos os direitos, indemnizações por antiguidade e acesso a subsídio de desemprego incluídos, aos trabalhadores que pretendem agora despedir.

São inúmeras as denúncias de incumprimento da legislação laboral e do Contrato Coletivo de Trabalho, e de pressão e constrangimento sobre trabalhadores e trabalhadoras do Lar, que têm chegado ao conhecimento da direção do Sindicato dos Trabalhadores da Saúde, Solidariedade e Segurança Social, que foram levadas ao conhecimento da ACT em reunião realizada a 15 de julho, bem como situações de recurso a empresas de outsourcing para a satisfação de necessidades **permanentes** da Instituição relacionadas com as suas funções essenciais, situação esta que mereceu um pedido de reunião urgente por parte da direção do Sindicato dos Trabalhadores da Saúde, Solidariedade e Segurança Social com a direção da Segurança Social, com a Câmara Municipal de Matosinhos e com os Grupos Parlamentares, tendo havido reunião presencial com os grupos parlamentares do PS, BE e PCP no dia 20 de julho na AR, onde estiveram presentes, para além de dirigentes sindicais, também dois representantes dos trabalhadores. A reunião com o grupo parlamentar do PSD ocorreu online no dia 26 de julho.

Da Câmara Municipal de Matosinhos obtivemos, através do Sr. Chefe do Gabinete da Presidência, a resposta de que *"A Câmara Municipal de Matosinhos não apresenta qualquer competência ao nível da gestão das instituições particulares de solidariedade social. ... Deste modo, e de forma que a reunião proposta possa produzir resultados, a Câmara Municipal de Matosinhos está disponível a reunir na presença da Segurança Social, entidade que tutela a as instituições particulares de solidariedade social"*.

Em relação à Segurança Social não obteve ainda a Direção do Sindicato dos Trabalhadores da Saúde, Solidariedade e Segurança Social qualquer resposta ao pedido de reunião enviado a 5 de julho, tendo efetuado nova solicitação a 17 de agosto.

Ainda de acordo com informações que chegaram ao Sindicato dos Trabalhadores da Saúde, Solidariedade e Segurança Social, trabalhadores e trabalhadoras que

ainda mantêm vínculo laboral direto com o Lar do Comércio têm sido pressionados a assinar rescisões por mútuo acordo, uma vez que, atualmente, uma parte significativa dos serviços prestados aos utentes se encontra externalizado como, por exemplo, os que dizem respeito às funções de ajudantes de ação direta, cozinha, limpeza, lavandaria, processamento de salários, animação sociocultural.

No caso da ação direta, existem duas empresas distintas a prestar este tipo de serviço, recorrendo a trabalhadores em regime de recibo verde, isto é, como se fossem trabalhadores autónomos, sem subordinação jurídica. A rotação entre trabalhadores que não pertencem aos quadros da instituição tem como efeito, além das dimensões laborais, que, para o mesmo tipo de cuidado, um utente, pode ser tratado por vários profissionais diferentes, não havendo um conjunto estável de profissionais a fazer acompanhamento dos utentes.

Teve também a Direção do Sindicato dos Trabalhadores da Saúde, Solidariedade e Segurança Social conhecimento de terem sido celebrados, com um grande número de trabalhadores, acordos de cessação de contrato, podendo já ter sido ultrapassada a quota permitida para rescisões com direito ao subsídio de desemprego, sobrecarregando com isso a Segurança Social com o pagamento de prestações de desemprego de trabalhadores para cujas funções estará o Lar do Comércio, a recorrer a serviços de empresas externas (outsourcing), em vez de reforçar a contratação de pessoal para os quadros da instituição.

A Direção do Sindicato dos Trabalhadores da Saúde, Solidariedade e Segurança Social teve ainda conhecimento de outras situações em que as trabalhadoras, que durante vários anos tiveram uma determinada função, passaram, sem razão aparente, a desempenhar outras funções, cujo denominador comum é o facto de serem agora alocadas à sala de refeições, o que funciona como forma de pressão e antecâmara da cessação da relação laboral, uma alteração de funções comunicada à Segurança Social e por isso do seu conhecimento, mas que pode configurar, a par de outras práticas reiteradas, uma situação de assédio moral.

Outra situação prende-se com o facto de, segundo testemunhos chegados à Direção do Sindicato dos Trabalhadores da Saúde, Solidariedade e Segurança Social, trabalhadoras sofrerem represálias por manifestarem o seu descontentamento, nomeadamente com a marcação forçada e unilateral de férias

pela direção. Existem mesmo casos de trabalhadoras às quais terá sido transmitida informação de que não precisariam de se apresentar para exercício das suas funções, sendo enviadas para casa a receber o seu vencimento.

É inaceitável o recurso a tais práticas de intimidação com vista a inibir o legítimo exercício dos direitos laborais e da liberdade de opinião por parte das trabalhadoras.

Entretanto, e agravando a situação que já decorre há alguns meses, a direção do Lar do Comércio iniciou, no passado dia 29 de julho, um procedimento de despedimento coletivo de 16 trabalhadores, enviado por carta registada com aviso de receção aos trabalhadores visados, argumentando que, para a sustentabilidade da "empresa", os serviços **que serão** entregues a empresas especializadas, ou seja, proceder-se-á à substituição de funcionários da instituição por empresas externas, no que parece ser um exemplo de falso outsourcing e é, em todo o caso, uma forma de externalização que fragmenta as responsabilidades laborais e a interligação das equipas, comprime rendimentos dos trabalhadores e é um mecanismo de desresponsabilização, já que é desagregada em diferentes entidades dentro da mesma instituição. O próprio argumento invocado, de questões de sustentabilidade económica, para quem afirmou ter 800 mil euros para despedir, é no mínimo incoerente. De resto, este tipo de práticas de contratação de trabalhadores em outsourcing, para o desempenho de funções de trabalhadores despedidos, é tão condenável que o próprio governo prevê torná-la legalmente proibida na proposta de lei que está atualmente em processo legislativo na Assembleia da República, e que, aparentemente, esta instituição pretende contornar, antecipando este procedimento enquanto a lei está em debate na especialidade.

Num momento em que se debate a "Agenda para o Trabalho Digno", é ainda mais urgente uma tomada de posição da tutela e uma responsabilização das entidades.

É necessário travar abusos da legislação laboral, sob pena de produzirem prejuízos irreparáveis na esfera jurídica dos trabalhadores e, nesse sentido, perante os factos aqui descritos, importa apurar qual a atuação das entidades competentes face a esta matéria. A própria Segurança Social, que financia o desenvolvimento de respostas sociais através de acordos de cooperação, deve exigir a garantia da

qualidade dos serviços prestados a utentes e também a qualidade das relações de trabalho estabelecidas nas instituições para as quais é transferido o dinheiro público.

Não é aceitável que trabalhadoras e trabalhadores essenciais na prestação de cuidados sejam descartados e substituídos (as) por empresas de outsourcing, que contratam trabalhadores de forma precária com recurso ao regime de recibo verde, com a complacência da Segurança Social (que tem o direito e o dever de fiscalizar estas instituições e garantir que as pessoas por eles cuidados o são da forma adequada e não tratados como mais um número que consta nos relatórios). Trabalhadores/as que tanto deram de si na altura mais difícil, quando o Covid-19 estava dentro das instituições, merecem todo apoio.

Os trabalhadores não são números e devem ser tratados com a dignidade e atenção que lhes são devidas.

Porto, 06 de setembro de 2022

A Direção do S.T.S.S.S.S